JOÃO PAULO SILVA HONORIO

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRIA E POLÍTICAS**

GOIÂNIA

2021

JOÃO PAULO SILVA HONORIO

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRIA E POLÍTICAS**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Ma. Norma Aparecida Cardoso

GOIÂNIA

2021

JOÃO PAULO SILVA HONORIO

**EDUCAÇÃO DE JOEVENS E ADULTOS: HISTÓRIA E POLÍTICAS**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Profa. Orientadora Ma. Norma Aparecida Cardoso \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Prof. Convidado: Me. Nelson Carneiro Junior \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Nota Final: \_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_/\_\_\_/ 2021.

**DEDICATÓRIA**

A todos que ajudaram no decorrer deste curso, pela companhia, compreensão e pelo apoio. Mas, principalmente a minha família, pela confiança depositada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser a base de tudo e por dar forças para conseguir vencer mais esse desafio. Aos Pe. da SAEA pelo apoio, meus filhos Alícia e João Miguel que nasce em julho, todo meu amor, minha esposa pelo companheirismo, carinho e pela compreensão.

A professora Ma. Norma Aparecida Cardoso, pela dedicação na orientação e incentivo que tornou possível essa monografia. Em especial ao professor Nelson Carneiro Junior pelas dicas, atenção e disposição em atender sempre, enfim a todos os professores que durante essa jornada sempre ensinou com carinho e apoio sem medir esforços.

“Ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário...”

(PAULO FREIRE, 2010)

**EDUCAÇÃO DE JOEVENS E ADULTOS: HISTÓRIA E POLÍTICAS**

João Paulo Silva Honorio[[1]](#footnote-1)\*

Norma A. Cardoso[[2]](#footnote-2)\*\*

**RESUM****O**

Esta pesquisa, de cunho bibliográfico, tem como objetivo compreender o percurso histórico de construção da proposta de educação de jovens e adultos e analisar a sua situação atual a partir das políticas públicas. Este estudo fundamentou-se em teóricos importantes para a discussão da temática, como: Freire (1996; 2016), Arroyo (2011), Brandão (2002), Maciel (2003), Paiva (1973; 2003) e outros. Discorre sobre o entrelaçamento da história do desenvolvimento da educação no Brasil e o desenvolvimento da educação de jovens e adultos; a educação popular como princípio orientador básico para constituição da EJA; a EJA na interface com as políticas públicas; a EJA na atualidade a partir do olhar da BNCC. Considera, finalmente, a importância da educação de jovens e adultos no contexto atual brasileiro em que ocorre um refluxo geral na educação expresso nas políticas educacionais, sendo o momento de resistência e afirmação da premissa de uma EJA fundada no princípio da educação popular, de qualidade, democrática, aberta a diversidade e as diferenças.

**Palavras-chave**: Educação de Jovens Adultos. Educação Popular. História. Políticas Públicas.

**SUMÁRIO**

[INTRODUÇÃO 8](#_Toc528703791)

[1  PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS 10](#_Toc528703791)

[2  ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS 17](#_Toc528703791)

[3 EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NA ATUALIDADE E O OLHAR DA BNCC 24](#_Toc528703791)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 30](#_Toc528703791)

[REFERÊNCIAS 32](#_Toc528703791)

**INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em seu contexto histórico é marcado por lutas, desafios e conquistas educacionais. Tema bastante relevante e atual, em um contexto que apresenta um número ainda alto de analfabetismo presente no país e de grande evasão escolar por diversos fatores. Segundo dados da pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o país ainda registra o número de 11 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever. O que ainda torna a EJA alvo de amplo debate intelectual, seja em congressos, fóruns e demais meios, para que seja efetivado o direito a educação para todos e a consolidação de políticas públicas que atendam às especificados e diversidades deste público alvo.

O estudo tem como objeto a EJA “Educação de Jovens e Adultos: História e Políticas”, o objetivo central desta pesquisa é compreender o processo histórico de construção da proposta de educação de jovens e adultos e analisar a situação, na atualidade brasileira, dessa modalidade de ensino, a partir do olhar das políticas públicas. Trata-se de um estudo realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica em que procedeu-se a busca de materiais relevantes para investigação proposta.

Para o processo de discussão e análise contou-se com os principais referenciais: Freire (1996; 2016), Brandão (2002); Haddad; Di Pierro (2000); Arroyo, Miguel (2011) e outros autores que discutem e contribuem para educação de jovens adultos, e muito colaboraram com esta investigação.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, “Percurso histórico da educação popular e educação de jovens adultos”, realiza-se um breve percurso histórico da EJA do período colonial, com a chegada dos Jesuítas, passando pelo século XX até atualidade. Destaca as contribuições de Paulo Freire o mais notário educador da área para construção de uma educação para o povo ou popular, que estrutura as bases teóricas e metodológicas da educação de jovens adultos.

O segundo capítulo, “Análise da educação de jovens adultos nas políticas públicas”, faz um recorte de principais políticas para EJA no Brasil e examina como contribuíram para o desenvolvimento da educação de jovens e adultos no país. Tais políticas expressam avanços, mais também retrocessos devido muito a não continuidade de projetos a longo prazo. Destaca-se a LDB de 1996, que institui a EJA em seu Art. 37.

O terceiro capítulo, “Educação de jovens adultos na atualidade e o olhar da BNCC” o foco de discussão é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), política aprovada em 2019 que visa estabelecer nacionalmente as habilidades, competências e os conhecimentos que devem compor os currículos da educação básica nas suas diferentes modalidades. A partir da BNCC, em suas proposições, analisa as implicações de suas politicas para a EJA na atualidade. Evidencia-se mais a ausência desta modalidade de educação no documento, não contemplando suas especificidades.

O estudo contribuiu para a afirmação da importância dessa modalidade de educação diante da realidade educacional brasileira. Dá visibilidade para as implicações que as políticas públicas têm nas diretrizes educacionais até a prática docente em sala de aula. E aponta a necessidade de uma formação consistente do professor no campo das políticas educacionais, articulada a um exercício profissional comprometido, ético e politicamente, atuando na garantia e defesa da educação neste país.

**1 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9394/96) destinada a população de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria, com o objetivo de dar gratuidade, acesso e permanência garantido tudo o que a legislação prevê, mas principalmente a continuidade e a conclusão dos seus estudos, tendo ainda como objetivo o desenvolvimento das habilidades e competências para a formação integral e profissional deste. O ensino de jovens e adultos no contexto atual é resultado de um longo percurso histórico, marcado por avanços e retrocessos na construção da educação de adultos no Brasil e articulada ao movimento de educação popular. Para melhor compreensão da situação atual da EJA é importante situar o contexto histórico de produção das ideias sobre a educação de adultos, as quais orientaram a criação de políticas e programas destinados a estes sujeitos. Neste capítulo, desenvolve-se uma linha histórica da educação de adultos e da educação popular no Brasil até o século XX em que se dá a instituição da EJA.

O histórico da EJA no Brasil perpassa a trajetória do próprio desenvolvimento da educação e vem institucionalizando-se desde a catequização dos indígenas, a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos (PAIVA, 1973). A educação dos indígenas, desde o período colonial, era de responsabilidade dos jesuítas e estava subordinada a Coroa Portuguesa. Tinha como objetivos, implementar a cultura europeia, a fé Católica, o idioma português, além de instruções básicas de leitura e escrita. Com a expulsão dos Jesuítas no século XVIII, ocorreu uma desorganização no ensino até então estabelecido.

O desenvolvimento industrial, no início do século XX é marcado por um processo lento de valorização da educação de adultos, o qual revela interesses diferentes, como: domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos.

A revolução de 1930, permitiu o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. Desta forma a EJA começa a ganhar espaço:

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30. (PAIVA, 1973, p. 168).

A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. Em virtude do processo de industrialização, a década de 30 foi um período de transformações no Brasil, sendo possível evidenciar grande concentração populacional nos centros urbanos, e o aumento considerável da oferta do ensino básico gratuito a diversos segmentos da sociedade.

Segundo Miguel Arroyo (2001), a educação de jovens e adultos de forma contínua e sistemática só ocorreria por volta da década de 40. Neste período, o Brasil apresentava um acelerado processo de industrialização, com o consequente processo de urbanização, ao mesmo tempo, o índice de analfabetismo era elevado. O país viveu uma transformação em seu modelo econômico, de agrário-exportador para urbano-industrial, que impulsionou o deslocamento das pessoas do campo para a cidade e uma demanda maior por mais escolarização em virtude do número de analfabetos. Porém, isso não ocorreu apenas no Brasil pois, segundo Brandão (2002):

A Educação popular surge nos países da América Latina, principalmente em períodos de industrialização, com a função de alfabetizar em massa, sendo uma emergência social notificada por meio das campanhas, dos movimentos e bandeiras de lutas existentes no período, por não ser direito natural, mas construção social (BRANDÃO, 2002, p. 145).

Com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é o final da ditadura de Vargas em 1945, inicia-se um movimento por parte desta de educação dos adultos analfabetos. O Brasil, país integrante da UNESCO e solicitado a desenvolver ações contra o analfabetismo e implementar a educação de adultos.

Em 1946, com a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, tivemos o deslocamento do projeto político do Brasil, que passaria de um modelo agrícola e rural, para um modelo industrial e urbano, o que gerou a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada para atender as necessidades vigentes.

No ano de 1947 foi realizada a 1ª Campanha de Educação de Adultos, com ações de cursos rápidos de alfabetização em três meses, foi oferecido cursos primários em duas etapas de sete meses, a capacitação de profissionais e o desenvolvimento comunitário. Desta forma abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Neste contexto, o analfabeto era visto como incapaz, marginalizado perante a sociedade, sem direito ao voto. Neste ano também ocorreu o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos com a representação de cada Estado. A principal discussão foi o investimento na educação como solução para problemas da sociedade. O congresso revela posições importantes para o rumo da educação de adultos no Brasil, como: o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do trabalho voluntario. Tais posições revelam ainda hoje continuidades nas políticas públicas para jovens e adultos. O congresso contribui para o processo de mobilização nacional no sentido de discutir a educação de jovens e adultos no país. Apesar da campanha não ter tido tanto sucesso, de certa forma conseguiu alguns bons resultados. Um exemplo foi a delegação de Pernambuco, a qual contava com a participação de Paulo Freire, que propôs maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método às características das classes populares.

Ainda, em 1949 foi realizado o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, um evento de muita importância para a educação de adultos.

Em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), ligada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições, responsável pelo processo e desenvolvimento da educação de adultos nas comunidades rurais brasileiras. Tinha uma equipe profissionais de áreas distintas, como: veterinária, agronomia, economia, medicina, doméstica e assistente social, entre outras, responsável pelo trabalho de alfabetização frente às populações da zona rural.

Nos anos de 1950 foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), campanha que marcou uma nova etapa frente as discussões acerca da educação de adultos. Os organizadores tinham o entendimento que a simples ação alfabetizadora não era suficiente, teriam que dar prioridade à educação de crianças e jovens para poder gerar alterações em suas condições de vida. A CNEA, em 1961, passou por dificuldades financeiras, diminuindo suas atividades.

No início dos anos de 1960, as políticas públicas voltadas à educação de adultos sofreram grandes mudanças, deram espaço para um novo olhar acerca dos problemas frente à alfabetização. Nesta nova visão, a pessoa não alfabetizada passou a ser reconhecida como formadora de conhecimento é nesta concepção e necessário uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como propulsor o educador Paulo Freire. De acordo com Freire (2016) referência, as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, e o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos. Assim, para Freire, educação e alfabetização se confundem. Alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto. Suas ideias se espalharam pelo país, sendo o seu trabalho nacionalmente reconhecido, com a educação popular e, mais especificamente, com a educação de adultos

A pedagogia de Paulo Freire, baseia-se na realidade do educando, levando em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida, dando mais sentido e facilidade de compreensão para o educando. Educador e educando, têm que caminhar juntos, em todo o percurso de alfabetizar.

A pedagogia “freireana” é síntese da teorização implícita na prática de Educação Popular. Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações e de modelos mecanicistas de análise da realidade social. Defende a implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança, que permita que indivíduos excluídos adquiram a leitura e escrita, desenvolvam a capacidade de ler a realidade, compreender o funcionamento da sociedade na qual se encontram (MACIEL, 2011). Na proposição freiriana sair da condição de oprimido não é simplesmente deslocar-se para a função de opressor, mas propor uma nova relação social, em que haja igualdade entre homens e mulheres projetando um bem comum.

As ideias e o trabalho de Paulo Freire mudaram o significado das décadas anteriores ao compreender que o adulto não era causa do subdesenvolvimento do país. Enquanto isso, com a influência dos movimentos de alfabetização popular e o reconhecimento por seu trabalho com a educação de adultos, o Governo pôs fim na Campanha de Educação de Adultos e encarregou Freire na elaboração e desenvolvimento de um Programa Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação.

Com o golpe militar em 1964 ocorreu uma ruptura política, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos, seus ideais censurados, muitos de seus dirigentes foram presos e exilados, dentre eles Paulo Freire. Com o seu exílio, o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, cujo planejamento foi incorporado largamente com suas orientações, não teve uma continuidade. Essas e outras experiências acabaram por desaparecer ou desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos, o que não impediu que Paulo Freire continuasse a desenvolver no exterior sua proposta de alfabetização de adultos.

A partir de 1967, o governo federal criou o Mobral[[3]](#footnote-3) (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais, voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país, destinado a população de 15 a 30 anos. O objetivo era a alfabetização funcional dos jovens e adultos, ou seja, ensiná-los a ler, escrever e fazer cálculos, deixando de lado a formação crítica do aluno. Em 1970, as ações do MOBRAL se expandem em termos territoriais, com o desenvolvimento de uma educação integrada, que objetivava a conclusão do antigo curso primário.

Na década de 80, a abertura política, possibilitou algumas experiências de alfabetização com um formato mais crítico. Destaca-se também, o surgimento de projetos de pós alfabetização, que tinham como intuito promover um avanço na linguagem escrita e nas operações de matemática básica.

Com a Nova República é criada a Fundação Nacional de Jovens e Adultos (Educar), que passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes. Em seguida, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC).

A década de 90, o maior desafio da EJA passou a ser a política e as metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. No âmbito internacional, nesta década ocorreu avanço significativo no reconhecimento da importância da EJA para cidadania e a formação cultural da população, de acordo com as conferências organizadas pela UNESCO, Órgão responsável por incrementar a educação nos países em desenvolvimento.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.934 promulgada em 1996 por sua vez, diluiu as funções do ensino supletivo, sendo este anunciado como algo temporário para aqueles que tinham a necessidade de provar escolaridade no trabalho, mas logo depois, tornou-se um meio de ensino necessário por razão da crescente procura.

Em seus artigos 37 e 38 dispõe sobre a educação de jovens e adultos:

Art. 37. A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram o acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).

O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo as necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior. Enquanto isso, manteve a ênfase nos exames e, ao rebaixar a idade mínima para o acesso a essa forma de certificação de 18 para 15 anos no ensino fundamental e de 21 para 18 anos no ensino médio, sinalizou para as instâncias normativas estaduais a identificação cada vez maior entre o ensino supletivo e os mecanismos de aceleração do ensino regular. Essa medida foi cada vez mais aplicada nos estados e municípios, visando à correção do sistema. (MACIEL, 2011).

A partir do surgimento dos Fóruns em 1996, a história da EJA começa a ser registrada num Boletim da Ação Educativa, que integra uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos ENEJAs. De 1999 a 2000, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares. Tendo os Fóruns um papel de grande importância para EJA no Brasil, tanto para discussão quanto para o aprofundamento das temáticas relacionadas. Os Fóruns são geridos por instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e educadores que dele participam, que têm por finalidade o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa do direito e da qualidade de atendimento na área da educação de jovens e adultos trabalhadores.

Refletir sobre o percurso da educação de adultos é importante para a análise da EJA nos dias atuais, em que o contexto sócio-econômico brasileiro atual continua excludente, o que reforça o papel da EJA na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e crítica.

No contexto sócio-histórico brasileiro, desde a sua colonização aos dias, atuais a demanda por educação é uma realidade presente nesta sociedade, que ainda não alcançou a universalização do acesso à escola para todos e está distante da oferta de uma educação de qualidade. Por esta razão e outras, os índices de analfabetismo sempre indicaram a fragilidade da educação em geral e a necessidade crescente de uma educação de adultos, mostrando histórias intercruzadas entre o desenvolvimento da educação no Brasil e a institucionalização da EJA.

No percurso histórico da EJA, o movimento de educação popular, liderado pelo educador Paulo Freire, vai dar novos rumos para a educação de adultos, provocando mudanças nas concepções de sujeito / adulto analfabeto, nas concepções teóricas e metodológicas de ensino, nas concepções políticas de educação. Apesar do movimento ter sido reprimido no Brasil, suas concepções e fundamentos permanecem, orientando a educação em geral e em específico a EJA.

É nas condições históricas do desenvolvimento da educação no Brasil, que se dá a formulação de políticas públicas para a educação de jovens adultos, relevando interesses, disputas de cada momento histórico, que impactam a oferta dessa modalidade de educação, seus objetivos, a formação de professores, o trabalho desenvolvido com os alunos. A discussão segue no próximo capítulo dando visibilidade às políticas públicas e a análise da EJA na atualidade.

**2** **ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A política, compreendida como uma organização social empreendida pelo poder público acontece em vários campos da vida social, como saúde, trabalho, habitação, educação, segurança, no sentido de orientar, regular, controlar, criar serviços, programas, leis para coordenar, administrar estas áreas. Assim, as políticas públicas são políticas organizadas pelo Estado, o que demarca o seu caráter público, ou seja, é um direito da população e um dever do Estado assegurar esses direitos.

O conceito de política pública, não passa por uma simples definição específica, pode-se analisar que trata-se de uma ação do Estado, ao qual vise produzir algum efeito para a sociedade. De acordo com Souza (2006) busca definir que as políticas públicas são:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

As políticas públicas são geralmente criadas a partir das demandas e lutas da sociedade, historicamente constituídas em um movimento de debate, polêmicas, tensões, disputas, que podem representar avanços e retrocessos. O desenvolvimento da educação no Brasil, em seu longo histórico, conquistou o status de uma política pública básica, sendo na atualidade, um direito constitucional de todos os brasileiros. A educação de jovens e adultos em seu percurso histórico, tratado no presente estudo, é compreendida como uma modalidade de educação básica, também discutida, regulada, orientada pelas políticas públicas. É sob o olhar das políticas públicas da educação que a discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) será conduzida neste capítulo.

No que diz respeito as políticas públicas para EJA no Brasil, no decorrer de cinco séculos, podemos analisar que esse percurso está marcado por avanços e retrocessos, muito em virtude de uma não continuidade de projetos e o não cumprimento das metas estabelecidas para a erradicação do analfabetismo. As políticas públicas voltadas a EJA estão muitas vezes carregadas de discursos políticos, distante das realidades dos alunos e sem o compromisso com a formação integral e crítica desta camada popular.

Segundo afirma Soares (2002) a legislação que pela primeira vez faz referência a EJA é a lei 5692/71, tendo está um capítulo próprio que trata do Ensino Supletivo, implantado em 1971, considerado um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Estabelecido em todo o território, tal modalidade de ensino tinha as seguintes funções básicas: a suplência, a aprendizagem e a qualificação, atendido as ofertas de cursos e exames supletivos. O sistema não exigia uma frequência obrigatória e o processo de avaliação contava com dois módulos, uma interna ao final dos módulos e outra externa feita pelos sistemas educacionais. Entretanto, a metodologia adotada gerou alguns problemas, como: há não exigência da frequência elevou os índices de evasão dos cursos; o atendimento individual impediu a socialização dos alunos com os demais colegas; a meta de uma formação rápida para ingressar de imediato ao mercado de trabalho, fez com que a busca pelo diploma fosse o interesse maior, sem uma preocupação real com a aprendizagem.

Situada em um momento de abertura política, a Constituinte de 1987-1988 contou com uma participação cidadã ativa, era um retorno à normalidade jurídico-institucional, em virtude das duas décadas de autoritarismo findadas em 1985. Na Constituição Federal de 1988 avançou-se no campo da educação, foi reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado. O ensino fundamental tornou-se obrigatório e gratuito, seja qual for a idade. Também nela, notou-se as políticas mais expressivas e importantes relacionadas à EJA. Em seu artigo 208,1, inciso I trata:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988).

O artigo 208, estende o direito a educação aqueles que não tiveram a escolarização no tempo adequado, comtemplando nessa direção a população de jovens adultos que tiveram sua escolarização interrompida ou não tiveram acesso a escola. Tal Lei garante a oportunidade para que o aluno possa efetivamente efetuar sua matrícula de forma gratuita, assegurado pelo governo e de acordo com suas necessidades.

A década de 1990 apresentou uma significativa redução nos índices de analfabetismo, entretanto não sendo suficiente para que o Brasil alcançasse as metas e prazos estabelecidos, de acordo com o que foi estipulado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos. A redução do analfabetismo da população brasileira foi questionada no Congresso Brasileiro de alfabetização, realizado em São Paulo em setembro de 1990, apontando que uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se esta estiver vinculada a um projeto político econômico que supere as causas sociais que produzem e mantém o analfabetismo. Somente com investimento significativo no ensino, será possível ter mecanismos eficazes para ajudar a erradicar o analfabetismo de jovens adultos. Este questionamento continua muito atual para a realidade brasileira do século XXI.

Ao analisarmos os documentos legais referentes a EJA, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/96. Em seu art. 37, refere-se a EJA como uma modalidade da Educação Básica, sendo destinada “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No parágrafo primeiro destaca que a EJA tem a função de proporcionar oportunidades educacionais apropriadas, sempre considerando as características do educando, os seus interesses e demais condições de vida. (BRASIL, 1996).

A LDB, integrou uma mudança conceitual importante para a EJA, que de acordo com Soares (2002),

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação. (SOARES, 2002, p. 12).

Entende-se desta forma a amplitude do papel da educação, e que nos faz ainda mais lembrar Freire, que bem fala da educação em sua plenitude como um ato político, e de libertação, de uma consciência crítica para pratica da liberdade.

Tendo ocorrido um verdadeiro desmonte da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, o fim do programa Brasil Alfabetizado, voltado para alfabetização de jovens, adultos e idosos. Este programa era uma porta de acesso à cidadania, tendo neste uma significativa elevação da escolaridade. O programa era realizado em todo território nacional, sendo o atendimento prioritário nos municípios com uma taxa mais elevada de analfabetismo, destes a grande maioria se encontrava na Região Nordeste.

Na dinâmica histórica de avanços e retrocessos, o Decreto nº 2.208/97, sobre a reforma da Educação Profissional marca um retrocesso na afirmação da EJA nas políticas públicas. O decreto não inclui a EJA na contabilização das matrículas para os repasses de recursos federais, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e Valorização do Magistério, de 1996, gerando redução da oferta de vagas nos municípios. Tais políticas educacionais de certa forma serviam e foram elaboradas para o mercado e pouco contribuíam para as suas reais necessidades da população.

O Parecer CNE/CEB n.º 11, de 10 de maio de 2000, esclarece aspectos da LDBEN, amplia o sentido da EJA para além da escolarização, para assumir a concepção de educação continuada, que se faz ao longo da vida e contempla novos sentidos para a EJA. Nas peculiaridades da EJA são destacadas três funções importantes para o seu entendimento diante das políticas públicas, são as funções Reparadora, Equalizadora e Qualificadora.

A função reparadora tem como objetivo reparar algo que deixou de acontecer na idade certa, reconhecendo o seu direito de igualdade perante todos; a função equalizadora; busca dar igualdade a todos, direito a oportunidade; a qualificadora, visa atualizar, adequar o sujeito para que ocorra a sua valorização. A educação de jovens adultos visa garantir a cidadania para estes sujeitos que não têm o direito de educação assegurado e contribuir na criação de oportunidades para melhoria de vida.

Para garantir a oportunidade, com igualdade e valorização dos sujeitos da EJA deve considerar:

[...]. A flexibilidade curricular deve significar um momento de aproveitamento das experiências diversas que estes alunos trazem consigo como, por exemplo, os modos pelos quais eles trabalham seus tempos e seu cotidiano. [...] O trabalho, seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional merece especial destaque. A busca da alfabetização ou da complementação de estudos participa de um projeto mais amplo de cidadania que propicie inserção profissional e busca da melhoria das condições de existência. Portanto, o tratamento dos conteúdos curriculares não pode se ausentar desta premissa fundamental, prévia e concomitante à presença em bancos escolares: a vivência do trabalho e a expectativa de melhoria de vida. (BRASIL, 2000).

A viabilização destas funções exige uma educação significativa, uma aprendizagem com estratégia e atendimento individualizado, metodologias adequadas para que os sujeitos da EJA possam aprender e sentir incluídos, valorizados. É primordial políticas públicas que venham atender esta demanda e contribuir com a operacionalização das funções da EJA.

O Plano Nacional de Educação (PNE[[4]](#footnote-4)) foi um compromisso assumido na reunião de avaliação da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, como um desafio de planejar a educação de forma especial. Ao tomar como referência o novo PNE, aprovado em junho de 2014 por meio da Lei Nº 13.005, este, de suas 20 metas, 4 dizem respeito a educação de jovens adultos, em seus incisos 3, 8, 9 e 10.

De acordo com o PNE, esses incisos refém as metas abaixo especificadas:

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014).

A análise do PNE em relação a essas quatro metas voltadas à EJA, apresenta uma ruptura, hora está vinculada a preparação de sujeitos para mão de obra, em outro momento está com foco na formação de suas faixas etárias. Em nenhum momento está preocupada com a formação integradora do sujeito. Pode-se dizer que o Plano Nacional de Educação, em relação as metas destacadas aprestam objetivos voltadas para superação do analfabetismo e uma educação básica de qualidade para o público da EJA. De acordo com as metas, é preciso que a equipe de profissionais, professores e gestores que trabalham com a EJA, atuem na garantia de tais metas.

Ao se deter nas metas do PNE para a Educação de Jovens Adultos, que buscam reduzir as desigualdades relacionadas ao acesso à educação, nenhum de seus dispositivos foram alcançados até 2017, com destaque para tentativa de elevar a escolaridade média da população do campo e de igualar as mesmas taxas entre negros e não negros que são as mais distantes do comprimento. Diante de tais resultados fica evidente que permanece o olhar diferenciado para as parcelas menos privilegiadas da sociedade brasileira, especialmente quando se trata no quesito escolar.

Pode-se considerar umas das inquietações presentes na construção da proposta pedagógica da EJA, enquanto política pública a necessidade de responder a um grande vácuo existente nas propostas curriculares, no que se refere ao distanciamento entre elas e o mundo do trabalho. Os desafios entre a educação e o mundo do trabalho na EJA são particularmente complexos. Tendo em vista, como afirma Freire (2016, p. 67), “se a educação não pode sozinha transformar a vida, a transformação da vida não se fará sem ela”. De certa forma os alunos da EJA se vêm diante da oportunidade de modificação das suas reais condições de vida ao qual são propiciadas diante da educação seja pela melhoria de trabalho ou busca do mesmo.

Frente as políticas públicas destacada no presente estudo, pode-se afirmar que embora se tenha buscado uma democratização do saber, com fóruns, discussões, projetos de leis e reformas no ensino, essa democratização ainda não e efetiva, são mais de quinhentos anos e o Brasil não fez uma opção política pela educação pública, de qualidade, democrática, plural, para todos.

Como bem aponta Paulo Freire, deve-se reconhecer os problemas sociais, as diversidades culturais e econômicas, somente desta forma poderemos desenvolver as potencialidades de transformação dos sujeitos de forma integralizada, dentro da sua própria realidade cultural. Percebe-se claramente que as políticas para o combate ao analfabetismo e a educação de jovens e adultos, ainda no século XXI, valem de ações, que no passado não deram certo, levaram ao fracasso todos os programas implantados.

Diante disso vale afirmar, que a educação de jovens e adultos deve ser avaliada como uma questão de políticas públicas e mais do que isso, de integração das políticas. Desta forma deve-se ressaltar sobre a importância das políticas econômicas, sociais e outras na real interferência da educação, tendo em vista os avanços que podem ser alcançados com tais articulações, como a permanecia dos alunos na escola, transporte, alimentação e saúde. Sabemos que a Educação de Jovens Adultos, como todas as suas peculiaridades, não se trata unicamente de garantir o direito a matrícula, mas é preciso pensar além, como de fato esse jovem, adulto e idoso, terá as condições necessárias para frequentar, permanecer, aprender e buscar melhores condições de vida.

A destinação de recursos, investimentos e uma política educacional que valoriza a educação para todos são condições essenciais para a viabilização da educação no Brasil e para continuidade da EJA. Até lá, a EJA continua trabalhando para que a população de jovens adultos saia do lugar de analfabetos e alçassem a consciência de sujeitos de diretos.

Assim, ao passarmos pelo percurso histórico da EJA e as políticas públicas, temos as condições necessárias para um olhar criterioso da BNCC vislumbrando a EJA na atualidade, sendo está a nossa análise do próximo capitulo.

**3** **EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NA ATUALIDADE E O OLHAR DA BNCC**

Ao analisar as políticas públicas no capítulo anterior verificou-se a importância de suas elaborações no contexto educacional. As políticas públicas, seja de caráter orientador ou normativo, seja fruto de demandas populares ou represente interesses particulares de grupos econômicos, governistas, seja elaborada com ampla participação da população ou por grupos restritos, sempre vai impactar sociedade em suas áreas específicas. Por isso, não é possível compreender historicamente a educação no Brasil sem considerar o papel das políticas públicas no curso dessa história. Isto pode ser percebido em relação a modalidade de educação de jovens e adultos, quando tratou-se do seu percurso histórico no primeiro capítulo e da sua análise nas políticas públicas, no segundo capítulo. Dando continuidade a essa análise, reserva-se neste terceiro capítulo, um olhar em específico para a política pública que na atualidade tem causado polêmicas no setor educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscando refletir suas implicações para a educação de jovens e adultos.

Inicialmente faz necessário entender o que é a BNCC, tendo os seus moldes para a sua construção pensada desde a Carta Magna. Em 2015 foi apresentada sua primeira versão para discussão. Um amplo debate foi proposto englobando não somente profissionais da educação, mas toda sociedade, tendo como objetivo orientar as propostas curriculares dos munícios, estados, instituições públicas e privadas. De acordo com a BNCC o seu papel é,

Desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. (BRASIL, 2018, p. 15).

Desde a sua preposição passou por reformulações, instalação de novo governo e novas orientações vocacionais. O documento final aprovado delimita que a BNCC tem como função definir os direitos de aprendizagem dos alunos de todo o país, ano a ano, quais as habilidades e conhecimentos essências para aprendizagem e de forma detalhada propor os objetivos e conteúdos a serem implantados pelas áreas de conhecimento. Determina que todos os currículos das redes públicas e privadas devem ter a BNCC como referência no seu processo de construção, sendo a mesma um documento de caráter normativo.

Será diante do olhar para nova e atual BNCC, aprovada em fevereiro de 2019 que será discutida as implicações desta política para a EJA.

Diante das reflexões que serão realizadas, é importante ter a noção de alguns pontos fundantes, como a de currículo e os elementos que contribui para a formação de um currículo. A BNCC traz como referência que apesar das competências e diretrizes serem comuns, os currículos são diversos, ou seja, os currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, poderão ser diversificados devido as suas características regionais e tendo uma base nacional comum. Entende-se que o currículo escolar deva ser um campo aberto a experiências e pensamentos; deve ser construído em um processo participativo envolvendo toda a instituição educativa e levando em consideração aspectos regionais.

Na educação de jovens e adultos, a concepção de currículo deve ser de um currículo vivo, ativo, que faça parte integrante da vida dos educandos e suas peculiaridades, um currículo voltado ao dialógico, que pense a realidade do educando e que se preocupe com o processo final de sua formação para vida. Segundo Freire (1996), o currículo deve ter sempre natureza política.

De acordo com Libâneo (2012) o currículo é o posicionamento da escola frente a cultura produzida pela sociedade, somente existe o ensino porque existem culturas, e o currículo deve contemplar a seleção e organização destes.

Em sua primeira versão, a BNCC teve como base o PNE, Lei nº 13.005/2014, tendo em seu art. 2º, quatro incisos postos para todas as etapas de ensino: “I- erradicação do analfabetismo; II- universalização do atendimento escolar; III- superação das desigualdades escolares [...]; IV- melhoria da qualidade da educação [...]”. (BRASIL, 2014). Os incisos vão ao encontro do que está escrito no artigo 214 da Constituição Federal, com objetivos e metas bem definidas e uma visão de educação a longo prazo.

O PNE traz em seu discurso a possibilidade de investimentos e melhorias para o conjunto de todas as etapas de ensino do país, enquanto a BNCC aprovada em 2019 tem um foco no que parece limitado ao modelo de construção curricular. Essa posição contrapõe ao modelo da EJA, que têm um público diverso, espaços e tempos variados. O que possibilita afirmar que embora tenha contado com uma ampla participação de setores educacionais, da sociedade em geral contribuindo com o debate, a discussão e aprovação final do texto da BNCC tomou outra direção das aspirações iniciais e das orientações do PNE. A BNCC estabelece uma visão de Estado e grupos “Empresas” com interesses diversificados, que não atendem ao interesse de uma escola pública e de qualidade para todos, valorizando a diversidade e compreendendo as diferenças. Em relação a modalidade EJA, segundo afirma Arroyo (2005),

[...] quando se refere à jovens e adultos, nomeia-os não como aprendizes de uma etapa de ensino, mas como educandos, ou seja, como sujeitos culturais e sociais, jovens e adultos. Essa diferença sugere que a EJA é uma modalidade que construiu sua própria especificidade como educação, com um olhar sobre os educandos. (ARROYO, 2005, p. 224).

De acordo com as especificidades da EJA, o currículo escolar deve levar em conta as experiências de vida de seus sujeitos e o que vai ser ensinado deve ser significativo para eles, motivando-os a permanecer na escola e concluir seus estudos, já que é um público que muitas vezes sofreu o fracasso escolar.

O currículo deve abarcar não somente o conteúdo cognitivo, e sim os diferentes aspectos de sua construção. Como bem afirma Freire (2000), a educação não deve ser algo neutro, desvinculada da realidade e de seu processo político, deve ter o objetivo de qualificar a vida dos sujeitos em questão e promover a real democratização do poder.

É sem dúvida necessário, pensar em uma proposta educacional que vise ter como base a dialogicidade, que contemple a diversidade do país, não tente homogeneizar todos, mas trate com igualdade as particularidades e diferenças dos sujeitos, para que mais uma vez não aconteça a exclusão e que esses não tenham sua voz calada diante de um processo que não atenda suas necessidades. Segundo Arroyo,

As dificuldades do diálogo e de inserção nas redes de ensino são enormes, ficando inúmeros projetos nas periferias das grades, dos conteúdos mínimos, das cargas horárias, dos processos de avaliação de rendimentos [...] Projetos lindos, progressistas, inspirados em concepções totalizantes de formação que tem vida curta porque não cabem na rigidez das etapas de ensino. (ARROYO, 2005, p. 227).

Segundo aponta o autor é importante o processo do diálogo na elaboração de projetos de currículos, sendo que muitos desses transpõe os muros da escola, que não seguem assim os padrões de cargas horárias e outras demais regras estabelecidas pelas instituições, diante disto muitas vezes são colocados para escanteio, não fazendo parte do processo rígido e burocrático de algumas instituições.

Para alguns estudiosos, Arroyo (2005), Paiva (2003), na segunda versão apresentada da BNCC em 2016, ocorreu uma pequena tentativa de inclusão da EJA, o que não passou de um simples “colocar e trocar de nome”, representando um total descaso com a modalidade de ensino e que devido a sua importância e suas peculiaridades no processo de educação, teria de certa forma ter um capítulo inteiro.

A terceira e atual versão da BNCC foi aprovada em duas etapas devido a todo um processo de transição política, em 2017 aprovada a Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 o Ensino Médio. Nesta versão da base com papel normativo, a concepção de um modelo curricular comum, segue o cenário contemporâneo que afirma:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2018, p. 13).

A BNCC propõe estabelecer uma formação integral dos alunos, colocando elementos fundantes, como: Sustentabilidade, sociedade digital e trabalho colaborativo e premissa pelo mundo do trabalho, ela de forma explicita afirma:

A BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. (BRASIL, 2018, p. 14).

Esse novo cenário da educação, com processo de unificação e reformas, cada vez mais reforça a visão tecnicista que pode ser verificada na nova BNCC, voltada para formação do sujeito para as competências do mercado do trabalho e sua forte tendencia meritocrática e individualista.

Desta forma ao pensar em uma formação integral e compreender as complexidades, destaca-se que poucas vezes é mencionado no documento a EJA. Essa ausência de referências sobre a EJA dificulta pensar em quais são os projetos para tal modalidade de ensino e qual e a proposta de formação integral e plena dos seus sujeitos. Na EJA, a maioria dos sujeitos dependem do ensino noturno e muitos desses precisam de flexibilidade na carga horário para conseguir chegar a tempo na instituição.

A proposição de uma Base Comum Curricular a todos os alunos, deve ser questionada, em especial para modalidade EJA, em que seus alunos, jovens, velhos, ribeirinhos, quilombolas e outros, trazem consigo toda uma experiência e saberes que foram construídos ao longo do tempo na região em que vivem, tais vivências e saberes devem integrar e contribuir de forma significativa na atuação do professor, no processo de ensino e planejamento.

Avalia-se que a BNCC (2019) atende a interesses de uma lógica do Capital. Na perspectiva histórica de construção da modalidade de educação EJA, esses interesses e princípios da BNCC se opõem aos princípios de uma educação libertadora defendida pelo maior idealizador da EJA, Paulo Freire. Fica nítido a participação de grupos que defendem os interesses privatistas e que vão deixar de lado os interesses de cunho social, tais fundação depreciam o ensino público e elevam o privado, desconhecem os excelentes profissionais das escolas públicas e os trabalhos primorosos realizados com a precariedade do investimento nas instituições de ensino. A luta dos movimentos históricos de uma educação popular para todos, pela defesa da escola pública de qualidade voltada ao processo de formação para a vida, a cidadania é colocada a prova diante deste novo cenário da educação brasileira.

Neste momento é importante refletir a BNCC de acordo com a concepção freiriana e não permitir que os educandos sejam vistos como tabuas rasas, que os professores não sejam simples aplicadores de conhecimentos e que as escolas não sejam espaços somente para atender aos interesses de formação do mercado. Como bem afirma Freire (2000), a educação não é algo neutro, desvinculado da realidade, do processo político, ela tem o objetivo de qualificar a vida dos sujeitos e promover uma real democratização do poder.

Diante das questões e pontuações mencionadas no capítulo, entende-se que estamos diante de uma reforma em nível global, que tem como base interesses voltados ao jogo do capitalismo. A sua estruturação curricular está voltada para a formação de indivíduos com competências e habilidades que atendam ao mercado de tralho.

Percebe-se que essa padronização do ensino presente na BNCC, tem como justificativa a garantia das mesmas oportunidades e diretos de ensino a todos os alunos, porém terá como consequência a responsabilização do aluno ou professor pelo fracasso escolar, tendo em vista que as oportunidades foram as mesmas, criando assim uma cultura meritocrática, baseada no individualismo.

Entre avanços e retrocessos na educação de jovens adultos, a EJA na atualidade parece voltar ao campo do esquecimento, difícil identificar qual será o rumo nos próximos anos para essa modalidade de educação diante das atuais políticas educacionais. Este cenário projeta a diminuição de vagas na modalidade de ensino EJA, o aumento do analfabetismo do Brasil.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considere-se que a investigação realizada possibilitou compreender que a Educação de Jovens e Adultos tem a sua constituição tecida na história da educação do Brasil, criada para poucos, desigual, elitista, homogeneizadora. Com este perfil, séculos após séculos parte significativa da população brasileira é excluída da escola, de um processo educacional. Desse segmento excluído temos os jovens adultos. Em diferentes momentos históricos o interesse em educar essas pessoas ocorre por razões múltiplas, isso como: aculturar/domesticar; para preparar mão de obra, para ser útil a nação; para governar/controlar sobre estes; para aumentar a população votante, para emancipar, para a consciência crítica.

A EJA no Brasil sempre foi desafiada por razões diversas: pelo contingente populacional analfabeto; pelo desinteresse político por estes sujeitos colocados a margem do processo educacional, político, social, econômico; pela falta de investimento econômico para essa modalidade de educação, pela precariedade dos recursos oferecidos, pelas descontinuidades políticas educacionais, pelos interesses privatistas da educação, pelas singularidades de seus sujeitos. Na atualidade, hoje, muitos desses desafios comparecem ainda, alguns acentuam-se. Vive-se um momento de radical incertezas para os rumos da educação diante de políticos que retrocedem nas conquistas já alcançadas, optam pelos interesses de mercado, desqualificam os professores, precarizariam a escola.

Para concluir retoma-se Paulo Freire, principal referência para estruturação da proposta da EJA como uma modalidade sim de educação, mas de uma educação popular. Para ele a educação não é neutra, por isso é um ato político, envolve a tomada de posição. Freire posicionou-se e contribuiu para sua construção, ao lado de uma educação popular, para o povo, que em grande parte é excluído, de formas diferentes, da escola. fez a opção por uma educação popular emancipadora, libertadora em que o sujeito ao decifrar os códigos linguísticos, ler, domine também os significados e sentidos que o ambiente sócio cultural elaborou para aquela palavra, conhecimento, desenvolva a consciência crítica sobre a realidade em que está inserido, mudando assim a relações do sujeito com o mundo.

Nesta compreensão, faz necessário se posicionar para lidar com os desafios. O professor ocupa um lugar de saber, mas não deve se omitir do lugar ético e político no exercício profissional cotidiano. O contexto educacional da atualidade em que os interesses de mercado, privatistas se impõe aos interesses do povo, de uma educação popular, os professores devem posicionar-se para garantia e defesa da educação, da modalidade EJA, da escola pública, de qualidade, plural.

O estudo ressaltou o impacto que as políticas públicas têm na educação, no aspecto do ensino, da formação de professores, nos investimentos destinados, na oferta de vagas entre outros. As políticas públicas não é algo externo a educação, ela penetra, implica no cotidiano escolar, na atuação do professor, o que ensinar, no conteúdo a ser ensinado. Então, devem fazer parte da formação do professor e de seu engajamento profissional, só assim vai estar mais preparado para os desafios advindos desse campo de disputa.

**REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_\_. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2005. Disponível em: Acesso em: abr. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasilia: MEC/CNE, 2000.

\_\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Base nacional comum curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, Sergio; PIERRO, Maria Clara Di. A escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação,** Campinas, SP, n. 14, p. 108-130, maio/jun./ago., 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**,Viçosa, v. 2, 2011.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).

\_\_\_\_\_\_. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 11, Dimensão, set./out., 1996.

Souza, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006: 20-45

\_\_\_\_\_\_. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

1. \* Acadêmico do curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: joao.honorio@cansf.com.br. [↑](#footnote-ref-1)
2. \*\* Professora da PUC Goiás, Mestre, Orientadora. normapucgo@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, conforme autorizado pela Lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Emíio Garrastazu Médice na Ditadura Militar. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, estados e municípios), o que o torna uma peçachave no direcionamento da política educacional do país. A LDB, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, determinou a elaboração de um plano nacional de educação no prazo de um ano, a contar da data da sua publicação (HADDAD; PIERRO, 2000). [↑](#footnote-ref-4)